

DOI: 10.33947/1980-6469-v15n1-4006

CYBERBULLYING: REALIDADE OU EXAGERO? ESCOLA E FAMÍLIA PARA O COMBATE A ESSA PRÁTICA**CYBERBULLYING: REALITY OR EXAGGERATION? SCHOOL AND FAMILY TO COMBAT THAT PRACTICE**Vanessa Angélica Patrício¹**RESUMO**

Em termos de definição, o *Bullying*, tipo de violência recorrente nas instituições escolares envolvendo em sua maioria, crianças e adolescentes, abrange desde ataques físicos a verbais e não se limita mais ao espaço físico, ganhando o ambiente virtual na forma de *Cyberbullying*. Este, como fenômeno global que acomete grupos em diferentes culturas e contextos, acaba inevitavelmente refletindo na escola, uma vez que há a inserção da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem. Assim, escola e família tem papel fundamental na tentativa de atuar de forma preventiva e pedagógica nos problemas cibernéticos, utilizando estratégias quanto ao uso seguro que, se estimulado desde cedo na vida das crianças, possam vir a garantir a efetiva internalização desses comportamentos. Há um excesso de exposição de imagens e opiniões, que, por ora, parece refletir uma situação de quase normalidade, mas que escondem perigos e vulnerabilidades. Nesse contexto, este artigo é um estudo teórico, baseado em dados da literatura, com o objetivo de discutir a ocorrência do *Cyberbullying*, suas repercussões e ações educativas preventivas visando inibir essa prática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. *Bullying*. *Cyberbullying*.

ABSTRACT

In terms of definition, bullying, a type of recurrent violence in school institutions involving mostly children and adolescents, ranges from physical to verbal attacks and is no longer limited to physical space, gaining the virtual environment in the form of cyberbullying. This, as a global phenomenon that affects groups in different cultures and contexts inevitably ends up reflecting in the school, since there is the insertion of technology in the teaching-learning process. Thus, school and family have a fundamental role in trying to act in a preventive and pedagogical way in cybernetic problems, using strategies regarding safe use that, if stimulated early in the life of children, can guarantee the effective internalization of these behaviors. There is an excess of exposure of images and opinions, which for now seem to reflect a situation of almost normality, but that hide hazards and vulnerabilities. In this context, this article is a theoretical study, based on data from the literature, aiming to discuss the occurrence of cyberbullying, its repercussions and preventive educational actions aimed at inhibiting this practice.

KEYWORDS: Education. *Bullying*. *Cyberbullying*.

¹ Pedagoga. Pós-graduada em Metodologia do Ensino em Educação a Distância. Coordenadora e docente do Curso de Pedagogia Universidade UNIVERTAS/UNG.

1. Introdução

No auge de um momento histórico em que as formas de relações sociais entre as pessoas se tornam cada vez mais virtuais, nos trazem à tona o desafio de compreender as manifestações violentas nesse meio.

Os jovens, 'nativos digitais' estão cada vez mais cedo conectados nas redes sociais digitais através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e expõem suas identidades em múltiplos contextos digitais. Se de um lado o ambiente virtual proporciona maior sensação de liberdade aos jovens, do outro gera o sentimento de que não existem regras, de modo que pode ser usado também para ofensas, assédios, ameaças, difamações.

É nesse cenário de novos fenômenos sociais, consequentes das implicações do uso das tecnologias (MARTÍ-VILAR et al, 2013), que contextualizamos o *Cyberbullying* como uma manifestação do *Bullying*, ocorrendo por meio do uso de tecnologias como dispositivos móveis e internet (SLONGE E SMITH, 2008).

As definições para *Cyberbullying* são muitas, mas acredita-se que o termo *Cyberbullying* foi inicialmente mencionado por Bill Belsey, educador canadense, que conceituou o fenômeno com o uso das TIC's, seja por uma pessoa ou um grupo, de forma deliberada, repetitiva e hostil, com a intenção de prejudicar uma pessoa ou um grupo (BELSEY, 2005). Outros termos para *Cyberbullying* são «assédio electrónico», «e-acoso», «assédio sms», «rede mobbing», «assédio móvel» «assédio on-line», «perseguição digital», «assédio pela internet» ou «assédio de internet» «assédio na internet».

O *Cyberbullying* como uma expressão do *Bullying* enquanto agressão, ameaça e provocação de desconforto com a difusão de informações eletrônicas de forma prejudicial e difamatória através de mídias, tais como e-mails, mensagens instantâneas, mensagens de texto através dos telefones móveis ou através de publicação de vídeos e fotografias em sites e redes sociais, embora se pareça com as consequências do *Bullying*, os danos causados às vítimas são ainda maiores, pois a internet garante o anonimato daquele que agride, o que dificulta os mecanismos de respostas e proteção a esse tipo de humilhação.

Como um fator de risco significativo entre crian-

ças e adolescentes o *Cyberbullying* pode causar níveis elevados de ansiedade, uso e abuso de psicotrópicos, maior severidade de transtornos emocionais, como a depressão, ideias ou tentativas de suicídio, prejuízos na escola, dentre outros (HINDUJA, PATCHIN, 2010; PATCHIN e HINDUJA; 2010; YBARRA, 2004). Além disso, não somente as vítimas, como também os protagonistas dos atos de *Cyberbullying* têm maiores chances de estabelecerem relações permeadas por conflitos, instabilidade e agressão (SHARIFF, 2011).

Em relação à sua ocorrência, sabe-se que o *Cyberbullying* é um fenômeno que se manifesta não somente no contexto escolar, mas atravessa as fronteiras, no cotidiano, sendo, portanto, um esforço sistêmico e conjunto da sociedade em geral, e não apenas um projeto de âmbito escolar.

Conforme observam Wang, Nansel e Iannotti (2011), as pesquisas sobre o *Cyberbullying* ainda se encontram em uma etapa preliminar. Essa mesma constatação foi feita por Couvillon e Iliava (2011), que sublinham a necessidade de esforços para o mapeamento dos mecanismos que favorecem o surgimento e a manutenção desse tipo de agressão. Logo, busca-se identificar como a escola e família podem interferir no sentido de ações preventivas e interventivas eficazes. Para tal, foram consultadas as bases de dados científicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO), SCOPUS, Ovid e American Psychological Association (APA-PsycINFO) foi realizada uma extensa busca por informações complementares a partir das referências dos estudos utilizados com o objetivo de analisar as conceituações de *Cyberbullying* adotadas pela literatura nacional e internacional, produzida no campo da Saúde e Educação.

2. *Cyberbullying*: estudos, consequências e prevenção

“O *Cyberbullying* entre os pares coloca os alunos em uma ilha virtual sem supervisão e com poucas regras, o que permite que o *Bullying* evolua, tornando-se perigoso, alcançando até os mesmos níveis potencialmente fatais” (SHARIFF, 2011, p. 170).

Ao adentrarmos nessa dimensão, percebemos

que as agressões online possuem características distintas, mas não se pode negar que o agressor é tanto aquele que faz uma postagem ofendendo outro indivíduo em uma página pública da *web*, quanto aquele que compartilha tal postagem. Fato que levou a Justiça de São Paulo a condenar duas mulheres por publicar, curtir e compartilhar texto no *Facebook* que atacavam a imagem de um veterinário, com condenação de indenização por danos morais fixada em 20 mil reais (TJ-SP, 2013).

Souza e Luca (2014) destacam que o usuário deve estar atento, uma vez que, em momento de lazer e descontração, fica muito mais vulnerável à obtenção de informações que deveriam permanecer sigilosas. As experiências vividas no ciberespaço são atraentes, por vezes tão reais e intensas que podem levar ao vício, bem como outras desordens sociais.

O *cyberstalking* consiste em usar ferramentas tecnológicas para perseguir uma pessoa, já o *stalker* tenta exercer controle sobre a vida da vítima (TRUZZI, 2009). As *cyber threats* são as intimidações diretas, altamente angustiantes, que fornecem indícios de que a pessoa está emocionalmente perturbada e disposta a prejudicar fisicamente alguém, a si próprio, ou até cometer suicídio (WILLARD, 2007). A provocação no meio virtual recebe o nome de *cyber teasing* e a característica que a diferencia das demais é que nesse caso não há a intenção de prejudicar outra pessoa, contudo, o receptor percebe a 'brincadeira' como um ataque agressivo, caracterizando a provocação (VANDEBOSCH; CLEEMPUT, 2008).

O termo *trollagem* também muito utilizado no meio online, deriva da expressão '*trolling for suckers*' que consiste em atormentar internautas por meio de ofensas, apenas para deixá-los nervosos ou indignados (NICOL, 2012). Um outro tipo de agressão que vem ganhando destaque no mundo pelo aumento da sua incidência, principalmente entre os jovens, é o *sexting*, caracterizado pelo compartilhamento de conteúdo erótico, os 'nudes' (ou de vídeos contendo gravações de atividades sexuais), sem o consentimento da vítima. Outra ação que tem crescido na internet é o *shaming*, que pode ser compreendido também como linchamento virtual, ou vergonha pública massiva. São, geralmente, ofensas, julgamentos de valor e intolerância desmedida que visam constranger e ridicularizar os alvos pu-

blicamente. Em casos em que o alvo cometeu algum ato cruel ou desrespeitoso, a massa agride o suposto transgressor com avalanches de mensagens hostis na internet até obter seu 'assassinato virtual e social'.

Como se pode observar são ações marcadas pela crueldade e que provocam consequências terríveis para quem sofre, pois conforme proposto por Willard (2007), é possível que o dano causado pelo *Cyberbullying* possa ser maior que o causado pelo *bullying* tradicional, uma vez que o material pode ser distribuído em todo o mundo, sendo, na maioria das vezes, irreversível, não existindo formas de livrar-se quando a vitimização está em curso.

Outro fator pertinente para análise é que o *Cyberbullying* não possui limite de espaço físico e a invisibilidade dos agressores pode criar uma sensação de vulnerabilidade para as vítimas, que não sabem como escapar. Resistem a alertar outras pessoas porque temem à uma retaliação maior por parte do agressor, bem como por não saber a identidade, não confiar na capacidade dos educadores e família em compreender ou resolver a situação de forma adequada, ser julgado ou culpado pela própria resposta agressiva ao *Cyberbullying*. Temem que a situação seja banalizada e se preocupam em serem rotulados como medrosos.

Tanaka (2013) salienta que, nos casos de *bullying* há três personagens: o agressor, a vítima e a plateia. Nesse sentido, esta revisão de estudos visa, no aprofundamento melhor do tema, também abordar a importância da ação das testemunhas, peças fundamentais no combate e na prevenção ao *Cyberbullying* uma vez que elas podem ajudar a combatê-lo se o denunciarem, bem como podem perpetuá-lo se o omitirem. Por exemplo, em uma pesquisa feita com 118 alunos do primeiro ano de psicologia de uma universidade em Lisboa, com idades entre 19 e 50 anos, identificou três tipos de testemunhas:

- testemunhas das vítimas (61,4%): aqueles que testemunharam algum episódio de *cyberbullying* a partir do conhecimento obtido por meio do sofrimento da vítima;
- testemunhas dos agressores (10,0%): os que presenciaram o comportamento hostil dos agressores;
- testemunhas do tipo misto (27,1%): aqueles que testemunharam tanto o sofrimento e des-

conforto das vítimas, como também o comportamento de intolerância dos agressores.

Uma outra pesquisa envolvendo 1200 adolescentes da Coreia do Sul, em amostra randomizada, constatou que 20,4% dos entrevistados praticam *cyberbullying* com outras pessoas, 64,4% das *cybervítimas* também praticam *cyberbullying* e – o mais alarmante – 87,8% dos *cyberbullies* e 80,6% das *cybervítimas* já testemunharam um ato de *cyberbullying* com outra pessoa.

Em suma, percebe-se que a tecnologia mal utilizada está ampliando a prática do *cyberbullying* para dimensões inimagináveis e supostamente mais fáceis e até mesmo atrativas para os praticantes. Todavia, é importante destacar os mecanismos que a lei dispõe no sentido de salvaguardar direitos e garantias dos indivíduos.

O *cyberbullying* pode representar vários crimes, muitos desses casos são contra a liberdade individual (ameaça, constrangimento ilegal e outros) e contra a honra (calúnia, difamação e injúria). Violar a liberdade individual e a honra fere um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988, artigo 5º (BRASIL, 1988). Desta forma, aquele que praticar ameaças e injúrias, provocadas, por exemplo, através de xingamentos e ofensas, na internet, e que também tenha caráter racista, homofóbico e antissemitismo, incorrerá nos crimes, conforme Código Penal, Lei Federal 2.848/40 (BRASIL, 1940):

Crime de Ameaça. Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Crime de Injúria. Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Há também a Lei Federal nº 12.737/2012, que trata como crimes virtuais tanto a invasão de computadores alheios ou redes, alterando ou furtando dados e/ou apagando informações e arquivos. Uma lei recente nº 13.185, sancionada em novembro de 2015, que institui o *Programa de Combate à Intimidação Sistemática*, o qual inclui *bullying* e *cyberbullying*, com o ob-

jetivo de dar assistência psicológica, social e jurídica a vítimas e agressores, além de promover a empatia e a cidadania, capacitando docentes, equipes pedagógicas, pais e familiares para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema e para a disseminação de campanhas de educação, conscientização e informação.

Muitas vezes, na prática de crimes na internet são criados um perfil *fake* ou uma falsa identidade, para que então o agressor possa agir. Este ato também configura crime, falsidade ideológica, previsto no Código Penal (BRASIL, 1940):

Falsa identidade. Art. 307 - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Fatos que podem até parecer ‘inocentes’ e poderiam passar despercebidos, se não afetassem a vida e ordem legal. O jovem agora pratica mais *cyberbullying* do que o *bullying*, o que não o isenta das sanções da lei, devendo ser aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, Lei Federal 8.069/1990. Portanto, imprescindível conhecer a gravidade e as consequências destes atos do mesmo modo como o respeito às individualidades para o bom convívio em sociedade.

Além das leis e dos programas *antibullying* é necessário saber quais são os comportamentos de risco e as características de potenciais vítimas e agressores para poder intervir e prevenir. Por tais ações, são responsáveis pais, colegas, professores e instituições de ensino.

A ausência de um processo de conscientização amplo e sistemático tem colocado em xeque o conceito e a função social do espaço educativo que é a escola, comprometendo o que deveria ser a identidade do ambiente educacional: um lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem, de construção e de solidificação de valores éticos, de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo e no reconhecimento da diversidade (ABRAMOVAY E RUA, 2002).

Nesse sentido, as Instituições precisam articular

juntamente com as famílias políticas de prevenção e de intervenção de uma forma consciente, responsável e democrática, para que, quando ocorram casos graves de *bullying/cyberbullying*, todos estejam preparados para atuar com responsabilidade social e de forma segura (OLIVEIRA e GOMES, 2012).

Os pais são os principais parceiros dos educadores na busca de soluções para *cyberbullying*. O desconhecimento desse papel por muitos ocorre, em parte, pela falta de consciência sobre o ambiente tecnológico de seus filhos, sobre os comportamentos que acontecem nesse espaço e sobre a ineficácia das respostas punitivas. Conhecimento ao tema atrelado ao acompanhamento atento dos pais são imprescindíveis, “o que inclui a elaboração de normas, restrições, orientações e táticas sociais, bem como de supervisão ou monitoramento” (MAIDEL, 2015, p. 295).

Além disso, a maneira também como a maioria das escolas lida com o uso da tecnologia em sala de aula que não são, muitas vezes, utilizados nem como ferramenta de aprendizagem, nem como conteúdo a ser trabalhado e discutido, ou seja, negar a existência ou proibir o uso desses equipamentos em sala de aula, não é uma ação educativa, e denota não ser levado em conta o que é significativo, ou até mesmo essencial, para a formação dessa geração atual. Isso resulta, inevitavelmente, em um distanciamento entre a escola e os nativos digitais.

O uso de celulares e internet faz parte da vida dessa geração atual e podem fazer parte do trabalho pedagógico, como mediadores da construção do conhecimento, utilizando-os como ferramenta de busca de respostas, de pesquisa, de compartilhamento de informações, ambientes de aprendizagem, objeto de estudo, ou seja, promover uma discussão e reflexão com os alunos sobre o uso consciente e seguro desses aparelhos, da internet, dos aplicativos, de jogos ou das redes sociais.

Tratando-se de iniciativas que visam ao desenvolvimento de mecanismos eficazes para o combate ao *cyberbullying*, vários países possuem campanhas de esclarecimentos, orientação, desestímulo e repúdio ao *bullying*. No Canadá, por exemplo, no mês de fevereiro ocorre o *Anti-bullying Pink Shirt Day*. No Brasil, o UNICEF lançou a campanha “Internet Sem Vacilo”, que aborda o uso seguro da internet pelo públi-

co jovem (UNICEF, 2015; DICKS, 2015). Nos Estados Unidos e em países europeus, uma dessas iniciativas teve início em 2008 e tem gerado, ao longo dos anos, ferramentas como o *CyberTraining*, que resultou no desenvolvimento de um manual em múltiplos idiomas para formadores na área do *cyberbullying*. (PESSOA et al, 2011).

O jovem deve estar ciente da necessidade de limitar a divulgação de dados pessoais nos sites de relacionamento, o tempo de uso do computador e os conteúdos acessados. Alertar para os riscos da tecnologia é elementar. Os limites também são essenciais para estabelecer normas e justificar porque devem ser seguidas.

Dessa forma, é evidente que se faz necessário investir em educação nessa área, ampliando o papel formador da escola e família para o uso consciente das novas tecnologias. E, como temos visto, que reflete não só em seu interior, mas na sociedade como todo. Dessa forma, a escola, como espaço educativo, precisa desenvolver ações previamente planejadas e estruturadas a fim de formar nessa área. Não apenas visando a prevenção da agressão virtual, mas também preparando os jovens dessa geração para o uso consciente, respeitoso, positivo e seguro de um ambiente novo, que é complexo, e que contém interações também complexas - o virtual.

Abordar a problemática do *cyberbullying* sob esta perspectiva significa aprofundar uma visão sistêmica e multifacetada dos fatores e das formas de intervenção perante o problema, onde os atores do contexto se sintam investidos de uma responsabilidade ética para intervir e apoiar os que precisam (SOUZA et al, 2014, p. 583).

Considerações Finais

Crescer na era das mídias eletrônicas é, portanto, uma realidade inegável para os jovens da atualidade. Usar a nova tecnologia é tão natural quanto respirar. Compartilhar, curtir, reenviar mensagens são atos corriqueiros no ciberespaço, mas, há que se ter cuidado.

Partimos, então, da premissa de que o melhor meio de evitar comportamentos como o *cyberbullying* é estimular a conscientização e o respeito incondicio-

nal às diferenças em todos os ambientes desde os primeiros anos da infância.

Tendo como base os indicadores de alguns estudos realizados neste artigo sobre a problemática, buscando compreender o fenômeno de uma forma mais ampla, verifica-se a importância de uma ação sistemática e prolongada de toda a sociedade para oportunizar a mudança de conceitos e aspectos culturais intimamente relacionados à aceitação e ao respeito que se deve ter com relação a todo e qualquer tipo de diversidade humana.

Nesse contexto, como afirma Kenski (2003), influencia não somente o modo como os jovens se relacionam entre si e com os outros, mas também a forma como estudam e aprendem, ou seja, considera-se que os programas *anticyberbullying* devem ser um esforço sistemático e conjunto da sociedade em geral, e não apenas um projeto de âmbito escolar, que sejam capazes de perceber as motivações que levam os alunos a correrem tantos riscos e, a partir daqui, tentar colmatar algumas necessidades que poderão estar inerentes a essa atitude e ajudar as crianças e adolescentes.

Outra questão que pode ter implicações nas estratégias de prevenção adotadas relaciona-se com a relação entre *bullying* e *cyberbullying*. O envolvimento no *bullying* face a face é um forte preditor de *cyberbullying* e cibervitimização. Logo, as vítimas de *bullying* são mais propensas a ser cibervítimas e, de forma semelhante, os agressores de *bullying* têm maior probabilidade de agredir outros no ciberespaço. Atendendo a que o *bullying* face a face é o fator longitudinal de maior risco para o *cyberbullying*, os programas de prevenção do *bullying* poderão indiretamente ter repercussões no *cyberbullying* (SALMIVALLI et al, 2011).

A proposta deste trabalho foi explorar e trazer dados que demonstram e que apresentam a realidade do *cyberbullying*, abordando a gravidade dessa prática e consequências, de forma a lidar com a situação o mais cedo possível. A escola, em conjunto com a família, tem papel fundamental na formação e orientação das crianças e adolescentes, auxiliando-os no desenvolvimento de habilidades técnicas, mas principalmente, na aquisição de valores para vida em sociedade, cidadania, senso de proteção coletiva e respeito às individualidades.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, M.; Rua, M. D. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- AVILÉS, J. M. Ciberbullying: Diferencias entre el alumnado de secundaria. *Boletín de Psicología*, No.96, 2009, 79-96. AVILÉS, J. M. Victimización Percibida y bullying: factores diferenciales entre víctimas. *Boletín de Psicología*, n. 95, p. 7-28.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Diccionario Filosófico**. Barcelona: Martins Fontes, 2005.
- BELSEY, B. (2005). **Ciberbullying**: An emerging threat to the "Always On" generation. Disponível em: http://www.ciberbullying.ca/pdf/Ciberbullying_Article_by_Bill_Belsey.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.
- BINSFELD, A. R.; Lisboa, C. Bullying: um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar do Sul do Brasil. *Interpersonal*, v. 4, n. 1, p. 74-105, 2010.
- BRASIL. Código Penal. 1940. **Decreto-Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del-2848compilado.html. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.html. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 1989. **Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.html. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.html. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. 2014. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.html. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Lei das Contravenções Penais. 1941, **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del3688.html. Acesso em: 02 mar. 2019.
- COUVILLON, M. A; ILIEVA, V. Recommended practices: A Review of Schoolwide Preventative Programs and Strategies on Ciberbullying. **Preventing School Failure**, v. 55, n. 2, p. 96-10 2011.
- DICKS, P. **Anti-bullying day Pink Shirt**. 2015, UNICEF: Canada, 2015. Disponível em: <http://www.unicef.ca/en/blog/pink-shirt-day>. Acesso em: 02 mar. 2019.
- HINDUJA, S; PATCHIN, J. W. Bullying, Ciberbullying, and Suicide. **Archives of Suicide Research**, v. 14, n. 3, p. 206-221, 2010.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LISBOA, C; BRAGA, L; EBERT, G. O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: Definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 1, p. 59-71, 2009.
- MAIDEL, S. Mediação parental do uso da internet pelas crianças. **Psicologia em Revista**, v. 21, p. 293-313, 2015.
- MALTA, D. C; SILVA, M; MELLO, F. C. et al. Bullying nas escolas brasileiras: Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 3065-3076, 2010.
- MARTI-VILAR, M; MARTÍ NOGUERA, J. J; VARGAS, O; et al. La universidad ¿en la era del conectivismo? un abordaje a las implicaciones de la investigación, la formación y la transferencia. **Revista @mbienteeducación**, v. 6, n. 2, p. 210-223, 2013.
- NICOL, S. Cyber-bullying and trolling. **Youth Studies Australia**, v. 31, n. 4, 2012.
- OLIVEIRA, J. R.; GOMES, M. A. Bullying: reflexões sobre a violência no contexto escolar. **Revista Educação por Escrito**, v. 2, n. 2, p. 2-14, 2012.
- PALFREY, J; GASSER, U. **Nascidos na Era Digital**: Entendendo a primeira geração de Nativos Digitais. Porto Alegre: ArtMed, 2011.
- PESSOA, T.; MATOS J. A; JÄGER, T. Ciberbullying – do diagnóstico de necessidades à construção de um manual de formação. **Revista Interuniversitaria** v. 18, p. 57-70, 2011.

SALMIVALLI, C., et al. Counteracting bullying in Finland: the KiVa program and its effects on different forms of being bullied. **International Journal of Behavioral Development**, n. 35, p. 405-411, 2011. Disponível em: <http://jbd.sagepub.com/content/early/2011/07/19/0165025411407457>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SOUZA, L. D. F.; LUCA, G. D. de. Lei 12.965/2014: Democratização da Internet e Efeitos do Marco Civil na Sociedade da Informação. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, SP, a. XIX, n. 23, p. 76-96, jan./dez.. 2014. Disponível em: <http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/466>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SOUZA, S. B., et al. Cyberbullying: percepções acerca do fenômeno e das estratégias de enfrentamento. **Revista Psicologia, Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 3, p. 582-590, 2014.

SHARIFF, S. **Ciberbullying**: Questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011.

SLONJE, R.; Smith, P. K. Cyberbullying: Another main type of bullying?. **Scandinavian journal of Psychology**, v. 49, n. 2, p. 147-154, 2008.

TANAKA, C. S. I. Crimes Virtuais Contra A Honra. 2013, Monografia (Graduação), In: **Intertem@S**, Presidente Prudente, SP, vol. 26, n. 26. 2013. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/4448>. Acesso em: 02 mar. 2019.

TJ-SP. Tribunal de Justiça Poder Judiciário. **Ação de indenização por danos morais**. 2013. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2013/12/art20131204-08.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

TRUZZI, G. L. **Ciberbullying, cyberstalking e redes sociais**: os reflexos da perseguição digital. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/cyberbullying-cyberstalking-e-redes-sociais-os-reflexos-da-perseguiacao-digital>. Acesso em: 10 fev. 2019.

UNICEF. **Campanha internet sem vacilo**. Fundo das Nações Unidas para a Infância: São Paulo. 2015. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/unicef-lanca-em-sao-paulonesta-terca-feira-28-campanha-internet-sem-vacilo/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

VANDEBOSCH, Heidi; VAN CLEEMPUT, Katrien. Defining cyberbullying: A qualitative research into the perceptions of youngsters. **CyberPsychology & Behavior**, v. 11, n. 4, p. 499-503. 2008.

WANG, J; NANSEL, T. R; IANNOTTI, R. J. Cyber and traditional Bullying: Differential association with depression. **The Journal of Adolescent Health**, v. 48, n. 4, p. 415-417, 2011.

WENDT, G. W; CAMPOS, D. M; LISBOA, C. Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: Bullying, Cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. **Cadernos de Psicopedagogia**, v. 8, p. 41-52, 2010.

WENDT, G. W; LISBOA, C. S. de M. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. **Psicologia Clínica**, v. 25, n. 1, p. 73-87, 2013.

WILLARD, N. E. **Cyberbullying and Cyberthreats**: Responding to the Challenge of Online Social Aggression, Threats, and Distress: Research Press. 2007.

WILLIAMS, K.; GUERRA, N. Prevalence and predictors of Internet Bullying. **Journal of Adolescent Health**, v. 41, n. 6, p. 14-S21, 2007.

YBARRA, M. L. Linkages between Depressive Symptomatology and Internet harassment among young regular internet users. **CyberPsychology and Behavior**, v. 7, p. 247-257, 2004.